

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

A ERA DAS REMOÇÕES: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS FAVELAS CARIOCAS (1960-1975) EM FOTOGRAFIAS

THE ERA OF REMOVALS: THE SOCIAL REPRESENTATION OF RIO DE JANEIRO'S FAVELAS (1960–1975) IN PHOTOGRAPHS

Rachel Ferreira Torres – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Rosa Inês de Novais Cordeiro - Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Pesquisa que aborda a representação social do processo de remoção das favelas cariocas, entre os anos de 1960-1975, quando o Rio de Janeiro passou a se configurar como uma cidade-estado, o Estado da Guanabara, em fotografias. Objetiva-se analisar como o desmonte das favelas entre os anos de 1960-1975 está representado em acervos de fotografias, depositados em unidades de informação observando de que forma essas imagens expressam os impactos sociais das remoções para a cidade, o espaço e seus habitantes, analisando as relações entre a memória e informação. Utilizou como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, os dados coletados foram examinados a partir da análise documental. Como resultado, observa-se que o processo de remoção das favelas cariocas, entre 1960 e 1975, encontra-se representado nos documentos fotográficos de maneira seletiva, parcial e marcada por discursos hegemônicos de modernização urbana, que invisibilizam resistências, traumas e a vivência das populações removidas. Conclui-se que a era das remoções na Guanabara marcou a memória e identidade da cidade. As fotografias analisadas revelam uma política habitacional excludente, marcada por interesses econômicos e controle territorial.

Palavras-chave: representação de fotografias em arquivos; Rio de Janeiro (RJ); favelas (remoções).

Abstract: This research addresses the social representation of the removal process of Rio de Janeiro's favelas between 1960 and 1975, a period when the city was configured as a city-state, the State of Guanabara, through photographs. The objective is to analyze how the dismantling of favelas during this period is represented in photographic collections held in information units, examining how these images express the social impacts of removals on the city, its space, and inhabitants, while analyzing the relationship between memory and information. The methodological procedures included bibliographic, documental, and field research, with collected data examined through documental analysis. The results show that the removal process of Rio's favelas between 1960 and 1975 is represented in photographic documents in a selective and partial manner, strongly marked by hegemonic discourses of urban modernization that render invisible the resistance, traumas, and lived experiences of the displaced populations. It is concluded that the era of removals in Guanabara left a lasting mark on the city's memory and identity. The analyzed photographs reveal an exclusionary housing policy, characterized by economic interests and territorial control.

Keywords: representation of photographs in archives; Rio de Janeiro (RJ); favelas (removals).

1 INTRODUÇÃO

As favelas são um símbolo de representação da cidade do Rio de Janeiro. Sua origem data do final do século XIX, a partir das ocupações de morros na zona central da cidade, com destaque ao Morro da Providência¹ - ou Morro da Favella – que ganhou notoriedade no início do século XX, ao ser habitado por soldados que participaram da Guerra de Canudos (Valladares, 2000). Se hoje estão representadas nos cartões postais da cidade e foram incorporadas aos pontos turísticos, é importante lembrar que, entre os anos de 1960-1975, quando o Rio de Janeiro se configurava politicamente como uma cidade-estado, a Guanabara, as favelas cariocas enfrentaram um intenso e violento processo de desmonte, período que ficou conhecido como a era das remoções.

Nas décadas de 1960 e 1970, a ocupação urbana da cidade do Rio de Janeiro passou a se concentrar nas zonas sul e oeste (Farias, 2010), tendo a sua paisagem e infraestrutura significativamente alteradas, com a abertura de túneis, obras de aterro, remoções de favelas e implantação de grandes avenidas. As intervenções urbanas foram executadas durante as três gestões governamentais da Guanabara, nos governos Carlos Lacerda (1960-1965), Negrão de Lima (1965-1970) e Chagas Freitas (1971-1975). Ressalta-se, ainda, que no contexto sociopolítico foram décadas profundamente marcadas pela ruptura do regime democrático e pela instauração da ditadura civil militar (1964-1985) no país.

Após quase 200 anos como capital federal, o Rio de Janeiro buscou se desenhar em uma nova identidade, sobretudo a partir da requalificação dos espaços urbanos. Processo esse, que foi amplamente registrado e fotografado, que atualmente constituem diversos acervos, depositados nos arquivos públicos cariocas, objeto e campo empírico deste estudo.

Esta é uma pesquisa interdisciplinar, que objetiva analisar como o desmonte das favelas entre os anos de 1960-1975 está representado em acervos de fotografias, depositados em unidades de informação, observando de que forma essas imagens expressam os impactos sociais das remoções para a cidade, o espaço e seus habitantes, analisando as relações entre a memória e informação. O estudo foi norteador pela seguinte questão: como o processo de remoção das favelas cariocas (1960-1975) está socialmente representado nos documentos fotográficos e de que maneira esses acervos fotográficos e a sua constituição refletem os

¹ De acordo com Valladares (2000), o Morro da Favella, até então conhecido como Morro da Providência, passa a dar nome aos aglomerados de casebres construídos sem planejamento urbano, arruamento ou acesso a serviços públicos, erguidos em terrenos públicos ou de terceiros. Esses assentamentos começam a se multiplicar no centro, na zona sul e na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

impactos sociais sofridos pelas populações removidas e influenciam na construção e na preservação da memória social e coletiva?

O estudo foi desenvolvido com base nas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Os dados coletados foram examinados a partir da análise documental. O referencial teórico deste trabalho foi construído com base na análise de artigos, dissertações e teses das áreas da Ciência da Informação (CI), História e Sociologia, com destaque para os estudos de memória, cidade e espaço, e para os textos de Shera (1977), Hall (2016), Pollak (1992), Valladares (1978), Nora (1993), Vogel e Mello (1984), Uglione e Duarte (2011), entre outros.

Nesta comunicação, utiliza-se a noção de representação social formulada por Stuart Hall (2016), que afirma que a representação “é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre membros de uma cultura” é uma prática social que “envolve o uso da linguagem, signos e imagens que significam ou representam objetos” (Hall, 2016, p. 31). Para o autor, na abordagem construtivista, a representação não é simplesmente um espelho do real, mas uma construção simbólica, de como observamos o mundo, a partir da nossa identidade, de princípios da similaridade e da diferença, sistemas de significados, ou na lógica Foucaultiana, dos discursos dominantes. Hall (2016, p. 41), destaca que o sentido não está no objeto ou na palavra, mas somos nós quem o construímos e o fixamos, através dos códigos culturais.

A esse respeito, já na década de 1970, Shera (1977, p. 10) pontuou que a necessidade de informação se configura como “a base do comportamento coletivo, tanto quanto do comportamento individual”. De acordo com o autor, para ser compartilhado e compreendido dentro de um grupo e por qualquer indivíduo, o que “é conhecido por cada um dos membros deve ser comunicado e comunicável”. E, assim, “conhecimento e linguagem são inseparáveis, pois a linguagem é a estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável, e porque é o instrumento através do qual o conhecimento é comunicado”. Entretanto, como apontado pelo autor, a fala sozinha não seria capaz de satisfazer a necessidade de informação dos sujeitos, “pois a comunicação oral foi severamente limitada pelas fronteiras temporais da memória humana e dos perímetros espaciais do contato humano” (Shera, 1977, p. 10).

Face a essa limitação da comunicação oral, Shera (1977, p. 10) destaca que os indivíduos criaram artifícios mnemônicos e perceberam a possibilidade de se comunicar por meio de registros gráficos. Com isso, tornou-se possível “transcender espaço e tempo tornando-o independente da memória humana e do contato físico” e a escrita permitiu ao ser

humano registrar não apenas conceitos, mas também sons, possibilitando que se compreendesse e reproduzisse aquilo que foi dito por alguém ausente ou até mesmo desconhecido. Assim, os registros gráficos – entre eles, as imagens - passaram a constituir representações simbólicas, possibilitando a superação das barreiras temporais e espaciais.

A fotografia, advento criado no século XIX, modificou-se ao longo do tempo e utilizou diferentes técnicas para captura e fixação de imagens. Rapidamente, o dispositivo se popularizou e no século XX se inseriu em diferentes contextos e usos, incluindo os registros oficiais governamentais. Para Kossoy (2002) o registro fotográfico é composto por elementos estruturais, o assunto (objeto de registro), a tecnologia do registro e o fotógrafo, que “motivado por razões de ordem pessoal ou profissional, a idealiza e elabora através de um complexo processo cultural/estético/técnico” (Kossoy, 2002, p. 26).

Otlet (2018, p. 119) afirma que “A gravura desapareceu do ofício e o surgimento da fotografia veio completar sua derrota”, inventada para ser um retrato do real, logo deixou de lado a sua tradição retratista e a partir das técnicas de reprodução, alterou a sua função social, passando ao uso da arte política (Benjamin, 2021, p. 62). Junto do cinema, tornou-se revolucionária para os séculos XIX e XX (Benjamin, 2021, p. 61; Burke, 2001, p. 29).

Ao alterar a sua função social, as fotografias ampliam os seus usos, e como exposto por Mauad (2015), adentram o universo dos governos e incorporam-se aos acervos arquivísticos, como registro de seus governantes e das expressões das cidades, de seu tempo - contexto -, dos espaços urbanos e seus habitantes. A autora observa que, no século XX, a fotografia deixou de representar a cidade como uma paisagem estática, passando a captá-la em movimento, traduzindo a dinâmica e a velocidade do cotidiano urbano por meio do instantâneo fotográfico (Mauad, 1996).

Didi-Huberman (2018) destaca que as imagens não devem ser encaradas como meras reproduções do real, congeladas no tempo, mas sim como entidades vivas, marcadas por múltiplos sentidos, movimentos e temporalidades. Para o autor, as fotografias se transformam conforme são vistas, influenciadas pelos olhares e contextos de quem as observa, o que revela tanto o potencial expressivo quanto a fragilidade e a incompletude dos arquivos visuais históricos. No que tange as fotografias de arquivo, Didi-Huberman (2012) reforça que o arquivo não é um reflexo puro do acontecimento, nem uma prova absoluta, pois

[...] [o arquivo] deve ser sempre elaborado mediante recortes incessantes, mediante uma montagem cruzada com outros arquivos. Não se deve nem sobrevalorizar o caráter ‘imediató’ do arquivo, nem subvalorizá-lo como um mero acidente do

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

conhecimento histórico. O arquivo exige a sua permanente reconstrução, mas será sempre a testemunha de algo (Didi-Huberman, 2012, p. 131).

As fotografias de arquivo, portanto, são fragmentos lacunares da realidade, revelando traços do espaço e do tempo que capturam. Didi-Huberman (2018, p. 168) afirma que “os olhos da história, portanto, revelam alguma coisa do espaço e do tempo em que foram vistos por eles. Isso implica re-especializar e re-temporalizar nossa própria maneira de ver”. Com base na abordagem discursiva de Foucault, Hall (2016) considera as imagens como objetos de representação, produzidos em contextos históricos específicos. Para ele, as imagens produzem discursos, e o sentido emerge da relação entre o que é retratado e o olhar do espectador (Hall, 2016, p. 108). Uglione e Duarte (2011, p. 91) destacam que “conhecer os arquivos que as pessoas constroem dos espaços urbanos existentes em suas realidades de vida, possibilita conhecer de que maneira esta cidade existe”.

Neste sentido, compreende-se que as fotografias são documentos que lutam contra o esquecimento e pela permanência no campo do legado, são testemunhas de um tempo, de um espaço, mas é necessário não as observar como um retrato do real, fotos são objetos políticos, na lógica foucaultiana, são discursos visuais produtores de sentido, conhecimento, capturadas dentro de um regime de verdade e das relações de poder (Hall, 2016). E para além do visível, seu sentido depende de como nós as vemos, para Hall (2016) “a representação funciona tanto no que não é mostrado, quanto no que é mostrado” (Hall, 2016, p. 104-105).

Após breve exposição do tema da pesquisa, apresentamos a seguir a contextualização sobre a era das remoções, metodologia aplicada, os resultados da pesquisa e conclusão.

2 O ESTADO DA GUANABARA E ERA DA REMOÇÕES

Em 1960 nasceu no planalto central a nova capital do Brasil, Brasília, e o Rio, após duzentos anos de capitalidade, precisou se reinventar, e renasceu, como Guanabara, no dia 14 de abril, quando foi promulgada a Lei Federal nº 3.752/1960, que regulou e instituiu o Estado da Guanabara nos mesmos limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro.

Em outubro de 1960, os cariocas puderam pela primeira vez, eleger diretamente o seu representante. Até então, devido à condição de capital, os prefeitos eram nomeados pela Presidência da República. Nesse pleito, Carlos Lacerda foi eleito o governador da Guanabara, e Jânio Quadros, venceu a eleição presidencial.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Em seus anos de governo, com seu projeto de transformar a Guanabara em Belacap², Carlos Lacerda investiu prioritariamente em infraestrutura, com destaque para as obras da adutora do Guandu, na mobilidade, com a abertura de ruas, avenidas, túneis, viadutos e na construção de dezenas de escolas por toda cidade. Além de coordenar centenas de obras, Lacerda foi o principal responsável pela implementação da política de remoção de favelas. Durante a sua gestão, entre 1962 e 1965 foram atingidas 27 favelas e 41.958 habitantes³ foram removidos de suas casas e bairros para conjuntos habitacionais construídos na afastada Zona Oeste e para Centros de Habitação Provisórios (Trindade, 2006).

Valladares (1978, p. 21) relata que “as grandes obras públicas sempre marcaram, de forma expressiva, os diversos períodos político-administrativos da cidade do Rio de Janeiro. Do Aterro do Flamengo ao Metrô”. Para a autora, cada grande obra dessas, caracterizou um determinado tempo, motivada pelos mais distintos processos, sejam de ordem social ou financeira, e que “nos anos 60, chegou a vez das favelas” (Valladares, 1978, p. 21). A pesquisadora ressalta que, mais do que uma crise habitacional em função da alta migração ocorrida nos anos de 1950 e 1960, a “favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde desigualdades tendem a se perpetuar”, e complementa: “resulta ainda, de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das classes dominantes”. Para Valladares (1978, p. 45), a favela se apresenta como uma solução orçamentária, “cujo papel é fundamental na luta diária pela sobrevivência na cidade”.

O crescimento do número das favelas cariocas está relacionado a distintos processos e pretextos que caracterizam os meados do século XX, sejam eles frutos da migração, da rápida urbanização das cidades, da exploração da mão de obra do trabalhador e da necessidade de seus habitantes de estarem próximos do trabalho. Percebe-se que, rapidamente, a favela se transformou em um fato concreto nos espaços urbanos, tornando-se incômoda aos olhos da administração da Guanabara e de boa parte da população. Para resolver o “problema favela”, Lacerda e sua equipe optaram pela política de remoção dessas comunidades, oferecendo aos seus habitantes a opção de adquirir casas em conjuntos habitacionais ou de serem removidos para os Centros de Habitação Provisórios

² De acordo com Knauss, Mauad e Motta (2015, p. 22), “Brasília era a Novacap, a Guanabara era a Belacap, coisa da capitalidade de fato e berço de movimentos culturais que então marcavam o país, como a Bossa Nova, o Cinema Novo, a ‘Garota de Ipanema’, a Jovem Guarda, entre outros.”

³ Dados quantitativos consultados em Valladares (1978, p. 39-40).

Figura 1 - Favela do Pasmado



Fonte: Carlos Lacerda/AGCRJ

Figura 2 - Favela do Brás de Pina



Fonte: Correio da Manhã/AN

Valladares (1978) realiza um estudo sobre os motivos que levaram o governo da Guanabara a adotar uma política de erradicação das favelas cariocas. Para a autora, o Rio de Janeiro sempre foi um espaço de especulações imobiliárias, em função da sua topografia. E, embora esse mercado tenha explodido nos anos 1960, “não representou, entretanto, a única determinante do programa de ação visando a liberação dos espaços ocupados pelas favelas” (Valladares, 1978, p. 32). Os “interesses da cidade” também tiveram intensa participação na decisão de remover as favelas, interesses estes, refletidos nas posturas das classes médias, e estampadas nos jornais (Valladares, 1978, p. 33).

Mais do que a especulação imobiliária de terrenos nos espaços urbanos do Rio de Janeiro, e das posições ideológicas, “acabar com as favelas implicava diretamente a construção, em larga escala, de unidades habitacionais para as famílias removidas”, fato este, que iria movimentar o setor de construção civil, já que as favelas representavam também um número considerável de novos, consumidores, ou, compradores (Valladares, 1978, p. 33). Oakim (2022) complementa que a erradicação das favelas “significava, também, a construção de habitações não somente para a população transferida, como também nas áreas que se tornariam vagas após a remoção, criando para o capital imobiliário e industrial uma oportunidade de investimento altamente lucrativa” (Oakim, 2022, p. 5).

Em 1965, Negrão de Lima assume o governo do Estado, já inserido no contexto da ditadura civil-militar. Negrão herdou a Guanabara em uma grave crise financeira e com muitas obras inacabadas deixadas por Lacerda. Além disto, nos anos de 1966 e 1967, a cidade seria fortemente afetada por duas grandes enchentes. As inundações desses anos foram

diretamente responsáveis pelo comprometimento das verbas estaduais, direcionadas para o enfrentamento da destruição causada pelas águas (Knauss; Mauad; Motta, 2015, p. 47) e pelo retorno da política habitacional na Guanabara.

Conforme Sedrez e Maia (2014, p. 184), em 1966, “caiu sobre a cidade do Rio de Janeiro uma das maiores chuvas de que se tinha notícia”, e em menos de 24 horas “mais de 245mm de água inundaram as ruas [...] qualificando aquela como a ‘enchente do século’. A cidade de quatro milhões de habitantes mergulhou em caos”, os impactos da chuva, ficaram “na memória da cidade, 1966 é o ano em que os morros desceram, os desabrigados foram reunidos no Maracanãzinho, e o ano em que se criou a Cidade de Deus”.

Segundo defendem as autoras, “há uma cidade que se desconstrói (os morros que deslizam) e uma cidade que se constrói (como a Cidade de Deus). Há um estado que planeja a remoção da comunidade (a administração Lacerda) e um estado que reage às enchentes (a administração de Negrão de Lima)” (Sedrez; Maia, 2014, p. 187). E assim, Negrão assumiu a agenda de Lacerda, especialmente sobre a urbanização e viação, e novas obras se espalharam pela cidade, incluindo as remoções, apesar do governador ter sido eleito diante da promessa de interromper o programa de habitação lacerdista (Knauss; Mauad; Motta, 2015, p. 52). O conjunto habitacional da Cidade de Deus, localizado na Zona Oeste da cidade, recebeu às pressas e sem estar totalmente pronto, os moradores afetados pelas chuvas.

O programa de habitação e remoção das favelas, característicos da gestão Lacerda, ganharia tons e faces da ditadura civil-militar, tornando-se mais frequentes e violentos, como os casos das remoções das favelas da Praia do Pinto e da Catacumba, favelas que existiam no entorno da Lagoa Rodrigues de Freitas⁴. Cavalcanti (2000), relata que “num caso, pelo menos, cometeram uma ação terrível: tocaram fogo na favela da Praia do Pinto - está provado que tocaram fogo -, tiraram os moradores de lá, em plena madrugada”. Sandra Cavalcanti complementa, e afirma que após o incêndio e remoção “entregaram toda a área para cinco cooperativas de militares, que construíram a Selva de Pedra” (Cavalcanti, 2000, p. 95).

Em 1971, Chagas Freitas é eleito, indiretamente, o último governador da Guanabara, antes da fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro. As políticas habitacionais, que a partir de 1967 passaram a ser comandadas pelo Governo Federal (Oakim; Pedretti; Pestana, 2021, p. 192), foram continuadas na gestão de Chagas. De acordo com Valladares (1978, p. 39), entre

⁴ Para estudos aprofundados sobre a ação da ditadura civil-militar nas favelas cariocas, ver: Oakim, Pedretti e Pestana (2021).

1971 e abril de 1974, foram atingidas 20 favelas, e um total de 26.665 habitantes foi removido. Concomitante às remoções, os conjuntos habitacionais continuavam a ser construídos. Entre 1971-1975, foram entregues 13 conjuntos.

Ao analisar as remoções entre 1962-1974, Valladares (1978, p. 43) observa que, embora o programa tenha causado grande impacto na cidade e “erradicado um número considerável de favelas, inclusive algumas das mais importantes, a favela, no entanto, persistiu em se afirmar no espaço urbano”. Assim, ao notar o aumento do número de favelas, para a autora, o efeito do programa habitacional da Guanabara, foi “diametralmente oposto ao esperado, em vez de regressivo foi propulsor [...]. As favelas continuaram marcando a paisagem, numa prova que medidas paliativas não resolvem” (Valladares, 1978, p. 46).

Durante o governo de Chagas Freitas foram mantidas as políticas habitacionais, que impactaram a vida de milhares de pessoas, todavia, como destacou Valladares (1978), foi pouco eficiente em números gerais, já que as favelas persistiram em ocupar os espaços e a compor a identidade da cidade, estabelecendo-se como uma das maiores representações cariocas. Oakim, Pedretti e Pestana (2021, p. 195) sinalizam que o programa habitacional na Guanabara foi segregacionista, em uma evidente tentativa de separar o solo urbano da cidade por classes sociais. Buscava-se retirar as favelas da paisagem das zonas sul, central e norte, bem como, instalar os conjuntos habitacionais próximos a áreas industriais, objetivando, assim, que a mão de obra estivesse disponível, ou ainda, como no caso da Cidade de Deus, que estivessem acessíveis para as necessidades domésticas das classes altas e médias.

Os anos de 1960 ficaram no imaginário carioca e foram vastamente registrados em documentos, hoje depositados em diferentes unidades de informação, como as coleções particulares dos governadores Carlos Lacerda e Chagas Freitas, depositadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O fundo da Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID), está custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), e os fundos do Correio da Manhã e da Agência Nacional, pertencentes ao Arquivo Nacional (AN).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo é uma pesquisa exploratória e descritiva. No que tange à abordagem e coleta de dados é qualitativa. Utilizou como metodologia as pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

A pesquisa bibliográfica foi executada em bases de dados, como a Portal de Periódicos da Capes, Base de dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nas áreas da CI, da História e da Sociologia, com foco nos estudos de memória social, sem delimitação temporal. Foram consultadas dissertações, teses, artigos científicos e livros, com objetivo de identificar e revisar a literatura, a partir da produção já existente. As pesquisas de campo e documentais foram desenvolvidas nos acervos dos arquivos públicos do Rio de Janeiro, conforme quadro 1, a partir de uso de expressões de busca em seus Sistemas de Recuperação da Informação (SRI), disponíveis para consulta.

Quadro 1 – Campo empírico e resultados de buscas

ARQUIVO	ACERVO	RESULTADO:	RESULTADO:	RESULTADO:
		Favela	Remoção	Incêndio
Arquivo Nacional (AN)	Correio da Manhã	68 dossiês	26 dossiês	3 dossiês
	Agência Nacional	02 dossiês	0	0
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)	AID	31 dossiês	0	0
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)	Carlos Lacerda	189 itens	03 itens	0
	Chagas Freitas	67 itens	0	0

Fonte: Autoras (2025)

Os termos de busca usados para recuperar os dossiês nas bases dos arquivos foram selecionados em conformidade com a bibliografia levantada, a qual foi realizada de forma exaustiva. Deste modo, no levantamento inicial, recuperamos 130 dossiês, considerando o acervo AN e APERJ, que realizam a descrição em nível de dossiê, e no AGCRJ, recuperamos um total de 259 itens documentais, ou seja, fotografias. Para viabilidade da pesquisa, e buscando sua pertinência temática e representatividade, realizamos a análise de 20% da amostra, totalizando 26 dossiês e 52 itens analisados.

As fotografias foram examinadas a partir da análise documental, observando-se categorias identificadas ao longo das pesquisas bibliográfica e documental. As categorias de analisadas foram: as remoções, o espaço urbano, os eventos oficiais, a paisagem e os sujeitos.

4 RESULTADOS

A memória atua como nosso fio condutor e, para Pollak (1992, p. 5), ela é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. O autor ressalta, que sendo a memória uma construção social, é certo que toda documentação também o é (Pollak, 1992).

Sob essa perspectiva, a cidade deve ser compreendida não apenas como um espaço físico, mas como um território simbólico e social, em que memórias e identidades se expressam, se confrontam e se perpetuam. Nesse contexto, Vogel e Mello (1984, p. 49) afirmam que a cidade surge como o “*teatrum* da sociedade”, e assim, “ela é o lugar de representação e da expressão. Os lugares urbanos são palcos onde se representam os papéis mais significativos para diferentes grupos sociais que habitam a cidade”.

As fotografias analisadas registram a retirada de centenas de famílias das favelas guanabarinhas, com a presença de vários agentes, visitas do governador e outras autoridades, demonstrando que essa era uma das agendas dos governos. As remoções, como analisamos são, sem dúvida, uma das principais características da existência e da formação do Estado da Guanabara, promovidas por políticas habitacionais autoritárias.

No desenvolvimento da pesquisa, constatamos que embora as remoções das favelas tenham marcado o contexto da Guanabara, as fotografias aparecem somente em três dos cinco fundos estudados, considerando apenas um dossiê encontrado no AID/APERJ. Não foram localizadas imagens, com as expressões de buscas utilizadas, no acervo da Agência Nacional, que é um acervo no qual predominam os eventos oficiais e as relações com o governo Federal, e mesmo com a apropriação das políticas habitacionais em meados dos anos 1960 pelo executivo federal, as remoções não aparecem nas imagens, e, surpreendentemente, não foram localizadas imagens das remoções no acervo privado de Chagas Freitas, gestão responsável pela extinção de 20 favelas (Valladares, 1978, p. 39).

As remoções demonstram a tentativa da resolução do “problema favela”, que crescia e permanecia. As favelas são parte da paisagem carioca, e insistiam em ocupar espaços,

resultado de uma série de fatores econômicos e sociais. As fotografias registram a presença das comunidades em todas as zonas da cidade, e os processos de remoções dessas famílias, direcionadas para os novos conjuntos habitacionais, ou centros provisórios de habitação. Nas imagens, observamos seus habitantes lotando carros, caminhões, com o que podiam carregar e sendo retirados de seus espaços. Todavia, esse processo não foi um processo sem resistência e traumas, e essa resistência também aparece nas imagens.

Figura 3 - Favela do Pasmado



Fonte: Carlos Lacerda/AGCRJ

Figura 4 - Favela do Brás de Pina



Fonte: Correio da Manhã/AN

Na figura 3, em uma visita do governador Carlos Lacerda a Favela do Pasmado, o projeto piloto das remoções, é possível visualizar nas imagens os muros pintados com frases, escritas: “Não vamos para Bangu”. Outras manifestações da insatisfação deste processo, podem ser observadas na figura 4, no dossiê referente a favela no bairro do Brás de Pina, que resistiram ao processo de remoção, observa-se na fotografia a faixa “urbanização sim, remoção não”, ratificando o desejo dos moradores em permanecer, com a urbanização e melhoramento dos espaços, e não da demolição dos lugares que residiam, em que estavam próximos dos seus postos de trabalhos, serviços e comércios. Nessas imagens, mais do que a representação do ato de remover, observamos os atos de resistência e insatisfação.

No processo da representação social, é fundamental considerar as várias camadas que compõe uma fotografia, o contexto, e não as analisar de maneira isolada. Retoma-se ao texto de Didi-Huberman (2018, p. 162), e a concepção de que as imagens são testemunhas de um determinado evento, é necessário não as reduzir a uma simples imitação do real, as fotografias aqui estudadas, nos ensinam a exercitar nossos olhares e a avaliar as diversas faces/camadas que as compõe, dentro de um grupo de imagens. Didi-Huberman (2012, p. 131), pontua que documentos de arquivos são resquícius da verdade, não são absolutos, são

lacunares e fragmentados, inseridos dentro de um espaço e de um tempo, e para Nora (1993, p. 12), os “lugares de memória são, antes de tudo, restos”, e os arquivos “são marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade”.

Deste modo, mais do que a resolução de um “problema”, propaganda e registros de um ato político, ou a visita de seus governadores, as fotografias sobre as remoções exprimem a resistência e os sentimentos de parte da população que estava sendo afetada, a insatisfação de serem deslocados para uma zona tão afastada da cidade, e representam o sofrimento estampado diante da situação vivida. As imagens, frutos da assessoria política ou oriundas de um acervo jornalístico, conseguem desenhar ao menos duas faces de uma história, de um lado o governo, o oficial, das remoções vistas de uma perspectiva de embelezamento, da solução do que incomodava na paisagem da cidade, e da política pública de habitação, mas de outro, existe a perspectiva dos seus habitantes, ainda que escondida ou despercebidas ecoando no segundo plano de algumas fotografias.

O processo de remoção das favelas cariocas, entre 1960 e 1975, encontra-se representado nos documentos fotográficos de maneira seletiva, parcial e fortemente marcada por discursos hegemônicos de modernização urbana. As fotografias produzidas e preservadas nos acervos públicos e institucionais, como os aqui analisados, evidenciam, em grande parte, uma narrativa oficial voltada à valorização das obras públicas, à requalificação de espaços urbanos e à legitimação das políticas de remoção. Favelas aparecem retratadas sob a ótica da degradação e da desordem estética, contribuindo para sustentar a ideia de que sua eliminação seria um passo necessário para o progresso da cidade.

No entanto, há também silêncios eloquentes nesses acervos. Como resultado das buscas, foi notada a ausência de imagens de eventos traumáticos, especificamente, os incêndios que precederam alguns dos processos de remoções — da Favela do Pasmado e da Favela da Praia do Pinto — nos acervos do APERJ e nas coleções particulares do AGCRJ. As imagens dos incêndios, foram recuperadas somente na documentação do Correio da Manhã. Essa ausência nos sugere estratégias de apagamento simbólico, enquanto centenas de fotografias registram obras de infraestrutura e transformações na paisagem urbana, episódios de violência, deslocamento forçado e destruição de moradias são omitidos, evidenciando o caráter político da seleção e conservação dos registros.

As fotografias do acervo do Correio da Manhã, ao escaparem do controle do Estado, oferecem outras possibilidades de leitura: permitem interpretar experiências silenciadas,

visibilizar os impactos sociais das remoções e alimentar a construção de uma memória social e coletiva mais plural. Quando apropriadas por ex-moradores, pesquisadores ou movimentos sociais, essas imagens se transformam em dispositivos de memória, capazes de reativar identidades, denunciar injustiças e reivindicar pertencimento.

Os documentos fotográficos relacionados às remoções das favelas registram um processo histórico e participam ativamente da sua construção simbólica. A análise desses acervos revela tanto as representações dominantes quanto os silêncios e lacunas que denunciam os impactos sociais sofridos pelas populações removidas — e que, hoje, se tornam centrais na luta pela preservação de suas memórias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A era das remoções da Guanabara permanece como um marco na memória e na identidade da cidade de São Sebastião. As fotografias e a bibliografia analisadas revelam não apenas a implementação de uma política habitacional, mas também a consolidação de um projeto urbano excludente, pautado por interesses econômicos, pressões sociais e estratégias de controle territorial. A análise dos registros fotográficos permitiu compreender como essas ações foram representadas — e, muitas vezes, silenciadas — nos acervos oficiais e expostas na documentação de natureza fotojornalística, expôs lacunas, resistências e disputas por memória e pertencimento, apontando assim, a importância da documentação fotográfica na construção das narrativas urbanas.

Desta forma, considera-se que objetivo foi atingido e a questão de pesquisa, respondida. Verificou-se que o processo de remoção das favelas cariocas (1960-1975) está representado nos documentos fotográficos de maneira parcial e seletiva, especialmente nos acervos oficiais e particulares, que priorizam a estética da modernização e das obras estatais, em detrimento da vivência e da memória das populações afetadas. A constituição desses acervos reflete escolhas políticas que invisibilizam memórias incômodas e a resistência dos removidos, contribuindo para a naturalização da exclusão social. Observa-se que, ao privilegiar determinadas imagens e omitir outras, a composição dos acervos oficiais e particulares, pode influenciar a construção da memória social e coletiva, uma vez que tem o potencial de moldar a percepção pública sobre as remoções, perpetuando uma versão fragmentada e incompleta da história urbana do Rio de Janeiro.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Destaca-se que este estudo não se encerra em si, mas se propõe como ponto de partida para investigações futuras que aprofundem a compreensão sobre a construção da memória urbana, os usos sociais dos acervos fotográficos analisados sob diferentes perspectivas e as disputas narrativas em torno das remoções e da cidade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Arquivo Virtual**. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [202-?]. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp> . Acesso em: 6 mar. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Base APERJ**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio De Janeiro, [202-?]. Disponível em: <http://187.62.131.238/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

CAVALCANTI, Sandra. C O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 60. *In*: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. p. 78-105.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Olhos livres da história. **Revista Ícone**, Recife, v. 16, n. 2, 2018.

FARIAS, Edson. Espaço e lembranças na economia simbólica urbana: o “retorno” da Pequena África carioca. **Revista TOMO**, São Cristóvão, p. 79-130, jan./jun. 2010.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC; Apicuri, 2016.

KNAUSS, Paulo; MAUAD, Ana M.; MOTTA, Marly (org.). **Nos tempos da Guanabara: uma história visual (1960- 1975)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo e Edições de Janeiro, 2015.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia História - interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OAKIM, J. O plano Doxiadis e a capitalidade da Guanabara. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 1–19, 2022.

OAKIM, Juliana; PEDRETTI, Lucas; PESTANA, Marco M. As favelas do Rio de Janeiro e a ditadura militar: remoções forçadas, repressão ao associativismo e o controle social. *In*: GONÇALVES, Rafael Soares, BRUM, Mario e AMOROSO, Mauro (org.). **Pensando as favelas do Rio de Janeiro: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, 2021.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SEDREZ, Lise; MAIA, Andrea Casa Nova. Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 183-199, 2014.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

TRINDADE, Claudia Peçanha da. **Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: programa de remoção e habitação provisória (1960-1970)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

UGLIONE, Paula; DUARTE, Cristiane. Arquivos urbanos: memória e história na cidade. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 13, n. 1, p. 91-101, 2011.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. Sistema construídos e memória social: uma arqueologia urbana? **Revista Arqueologia**, Belém, v. 2, n. 2, p. 46-50, 1984.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.